

Claus Offe. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1989. 322 p. ISBN 85-1109-048-7.

Claus Offe (1940-), sociólogo político alemão, nasceu em Berlim e faz parte da segunda geração da Escola de Frankfurt. Influenciado por uma tendência marxista e pela teoria discursiva de Jürgen Habermas, ampliou de modo considerável a perspectiva política de se compreender o Estado e a economia contemporânea, além de se dedicar aos estudos sobre as relações entre democracia e capitalismo. No momento presente, leciona em uma instituição privada de Berlim, a Hertie School of Governance. O fio condutor das obras de Offe passa pelos problemas da relação entre poder social e autoridade política, em torno dos quais escreveu, entre outros, *Problemas estruturais do Estado capitalista* (1984), *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade de trabalho"* (1989, com outros autores), além do conjunto de ensaios objeto da presente resenha.

Organizado em 1985, a partir da reunião de diversos ensaios, o livro tem por objetivo entender os procedimentos, a organização e os meios que oferecem um equilíbrio entre o poder social e a autoridade política institucionalizada, bem como identificar os procedimentos que propiciam uma desorganização nas democracias capitalistas que participam do Estado de bem-estar social. Offe explicita seu pensamento acadêmico nessa obra, seguindo alguns pontos da teoria de Habermas, para a qual a realidade pode ser apreendida através da observação sobre a falibilidade do

planejamento de ações. Adaptando essa ideia ao campo político-econômico, Offe apresenta as relações entre democracia e capitalismo num contexto ainda marcado pela Guerra Fria. Nesse sentido, sinaliza a ação legitimadora do Estado, na situação do pós-1945, quando a máquina burocrática tentou evitar as crises econômicas e sociais tomando como ponto de equilíbrio o mercado de trabalho. Nesse período foi implementada a teoria keynesiana (formulada na década de 1930), para a qual o planejamento do Estado deveria prever o bem-estar social mediante a lógica das tensões sociais e do mercado. Nos Estados Unidos era baixa a tensão social, mas nos países europeus capitalistas a politização sempre foi intensa, devido à prática de intervenção dos cidadãos e da ação social. A classe operária europeia se beneficiou do boom econômico pós-45 e o Estado de bem-estar era visto como uma conquista social.

Offe afirma que a sociologia política está preocupada com o processo de formação do mercado de trabalho, que se deu através do fortalecimento de poder e de rupturas — ou seja, não ocorreu um amplo movimento de classes tendo por foco a extinção do paradigma “mercadoria” para a força de trabalho. A divisão da classe trabalhadora apresenta-se não apenas na dicotomia clássica do empregador-empregado, mas dentro do próprio grupo. Segundo Offe, a classe trabalhadora era separada entre os que participam efetivamente do

mercado de trabalho (patrões e empregados) e os indivíduos que vivem à sua margem, em torno de instituições pertencentes ao Estado e à família. A autoridade estatal costuma ser tradicionalmente interpretada em uma perspectiva weberiana de modos e meios do exercício de funções do poder (racional, tradicional, carismático) ou por uma abordagem marxista. Offe, porém, interpreta o Estado, de certa maneira, como um acúmulo de poder que conduz a uma governabilidade. Essa posição do Estado, por sua vez, passa a ser avaliada pela esfera pública, local de ação dos cidadãos (e aqui é oportuno lembrar Habermas, que sustenta que um dos principais meios dessa esfera pública são os veículos de informação). O Estado moderno para Offe trança uma rede de relações complexas, “que não podem ser reduzidas a um mero reflexo da matriz do poder social, nem consideradas como parte de uma multiplicidade ilimitada de funções potenciais do Estado” (p. 11). O processo de desenvolvimento desse Estado seria determinado por quatro critérios: 1) o Estado deve garantir a paz social; 2) o Estado, enquanto autoridade legítima, promove os direitos de cidadania; 3) o fundamento da legitimidade do Estado está na ação ativa da cidadania; 4) cabem ao Estado, como funções legítimas, a distribuição de recursos e a administração da sociedade (paradigma do Estado de bem-estar keynesiano). Esses critérios se associam a uma definição da função do Estado: “regular a relação entre a sociedade civil e sua matriz do poder social e o Estado e a autoridade política” (p. 12). Faz-se necessário, nessa ordem de ação, o equilíbrio entre as forças sociais e as funções políticas.

As democracias capitalistas do Estado de bem-estar enfrentam o problema da

fusão dessas duas esferas, em que a sociedade civil influencia a autoridade política, ao passo em que, concomitantemente (tal como quer Habermas), os meios de comunicação aliados ao Estado alcançam a sociedade civil — os agentes coletivos dessa relação sendo os partidos políticos ou elites partidárias (p. 15).

No capítulo intitulado “A economia política do mercado de trabalho”, Offe inquire as características das crises econômicas, estas que produzem desemprego e subemprego como fenômenos de massa (p. 19). O Estado de bem-estar social deve, quando isso ocorre, sustentar financeiramente através de um programa social os desempregados (Offe critica esse gasto financeiro efetivamente pago pelo próprio Estado). Por outro lado, a questão do pleno emprego, defendida pelos sindicatos, é vista por Offe como “coalizões de vendedores da força de trabalho” (p. 20), que ademais exercem pressão política necessária sobre parlamentos, governos e partidos políticos. A esses dois fatores soma-se o problema do estruturado desemprego, que é intrínseco às economias capitalistas contemporâneas da América do Norte e dos países europeus do Ocidente. O objetivo de Offe nesse ensaio de abertura do livro é expor a distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho entre grupos diversos (p. 21). Essa distribuição desigual aparece como um dos riscos inerentes ao mercado de trabalho, devido à sobreposição dos diversos grupos sociais. As políticas do mercado favorecem grupos específicos que possuem características concedidas socialmente; no entanto, segundo Offe, desde a década de 1960, nos países europeus ocidentais, esse favorecimento foi sendo transferido para segmentos

definidos por “ocupação, setor, idade, sexo e área” (p. 22). O mercado de trabalho nas sociedades capitalistas deve funcionar conforme a solução dada ao problema de alocação, conforme se demonstra quando o sistema de produção recebe o trabalho necessário, ao mesmo tempo em que a força de trabalho deve ser mantida pela renda e proporcionar um status social. Os vendedores de força de trabalho devem-se valer da concorrência dentro de suas próprias habilidades, da solidariedade interna e da discriminação externa. É necessário, entretanto, de acordo com Offe, fazer uma distinção entre mercadoria e força de trabalho: “uma particularidade inicialmente importante da força de trabalho é que ao mesmo tempo que, de fato, é tratada como uma mercadoria no mercado, entra neste por razões diferentes” (p. 27-28). Enfim, a força de trabalho depende de um modo de subsistência adequado, e o denominado seguro-desemprego passa a integrar uma decisão do trabalhador para avaliar a demanda e a oferta por sua mão de obra específica. As relações entre compradores e vendedores no mercado de trabalho se firmam através dos contratos de trabalho; no entanto, esse acordo não é imóvel: “O valor de uso que uma empresa extrai da força de trabalho está quantitativamente e qualitativamente vinculado à subjetividade do trabalhador” (p. 35) — dessa forma, não se pode negar que ocorram conflitos, e a busca por um equilíbrio nestas relações dentro do mercado de trabalho. Offe classifica o pertencimento à força de trabalho em quatro categorias: os “inativos” (com um subgrupo de “desempregados disfarçados”); os desempregados registrados; os que estão no mercado de trabalho; e os

independentes ou autônomos. Uma das vantagens dessa categorização é a de demonstrar como o mercado de trabalho é uma relação social de poder. Offe destaca ainda que os sindicatos incidem sobre essa relação, entrando em cena para delimitar quem pode participar como vendedor de sua mão de obra, buscando um equilíbrio entre a oferta e a demanda. Entretanto, surgem os “grupos-problema”: envolvidos em relações de força e controle, estão fora do mercado ou indiretamente ligados a ele, o que aponta para a ação do Estado, que pode ampliar o poder do mercado.

As perspectivas de então para o mercado de trabalho são tratadas no segundo capítulo, “O futuro do mercado de trabalho”. Aqui Offe começa por explicitar uma premissa de seu pensamento: a de que o trabalhador não pode ser propriedade e nem possuir uma propriedade; ou seja, a força de trabalho é uma mercadoria fictícia, diferente da mercadoria genuína que se negocia no mercado. Historiando o mercado de trabalho, Offe aponta para o colapso do modelo keynesiano e uma desagregação da ética do trabalho na década de 1970 (p. 80); a partir de então o desemprego passou a depender das mudanças tecnológicas de substituição ou aperfeiçoamento de mão de obra, o que contribuiu para que as perspectivas do mercado se direcionassem a escolhas entre diferentes modos de alocação de trabalho e renda. Por outro lado, as medidas da previdência social dependem do mercado de trabalho estável. Para Offe, quanto maior a proteção fornecida ao trabalhador, menor é o desejo do empregador em manter o emprego, o que resulta na emergência da atividade informal — contrariamente à posição dos sindicatos,

Offe sustenta que esse modelo de atividade é útil para não sobrecarregar o mercado.

No capítulo “Três perspectivas para o problema do desemprego”, Offe aborda o futuro do trabalho, a política de desenvolvimento e os critérios e objetivos de um desenvolvimento desejável. Identificando duas vertentes políticas de interpretação — a ortodoxia (que defende o pleno emprego), e seus adversários realistas —, Offe advoga um terceiro caminho, que possa oferecer uma perspectiva que foge das concepções de “dualização às cegas” com base no “laissez-faire” bem como da “economia dual”, em busca de um modo ativo de oportunidade de trabalho.

Essas considerações convergem para as explicações apresentadas no capítulo “O crescimento do setor de serviços”, no qual o autor examina o crescimento do trabalho em “serviços” nas sociedades industriais, desde a década de 1930. Offe traça uma análise otimista, delineando uma sociedade automatizada que iria controlar a produção. A ideia é de que o trabalho em serviços que produz produtos não materiais “não é, ou é menos, suscetível à racionalização técnica e organizacional se comparado com o trabalho que produz bens” (p. 135); segundo esse entendimento, o trabalho de serviços não pertence mais à esfera industrial. Esse tipo de trabalho necessita de um equilíbrio a ser alcançado por meio da reciprocidade entre a “especificidade do caso” e a “generalidade da norma” (p. 137). Ao longo da expansão da atividade em serviços, teria havido também uma diminuição da taxa de acumulação do capital, uma vez que o trabalho em serviços possui duas racionalidades, uma da economia industrial e outra da

mediação e da conciliação. Decorrente disso, Offe sinaliza obstáculos ao setor de serviços que podem limitar sua ação: os limites econômicos que impedem o aumento de mão de obra, a maior mecanização e uma saturação da demanda.

Outra análise pertinente é apresentada no capítulo seguinte: “Trabalho: a categoria sociológica chave?”, em que Offe aborda as tradições clássicas da sociedade burguesa e da marxista, em que o ponto essencial é a “sociedade do trabalho” (p. 167). O trabalho, como fato social entranhado de contradições, passou a constituir um conceito primordial para se interpretar um paradigma da sociedade burguesa consumista; contudo, essa observação não abrange toda a compreensão da desigualdade social — alguns sociólogos, por exemplo, marcam uma distinção entre um trabalho “produtivo” e outro relativo à esfera dos serviços. Offe, ao lado de Habermas, defende “não como um choque entre ‘subsistemas da ação racional intencional’, mediado, de um lado, pelo dinheiro e pelo poder e, por outro, por um ‘mundo vivido’” (p. 195), mas uma dinâmica própria das sociedades.

O capítulo que se segue é denominado “Diversidade de interesses e unidade sindical”. As crises das políticas sindicais são vistas no quadro de uma movimentação dos jovens trabalhadores para uma periferia ou mesmo para fora do sistema de produção, o que acarreta uma transformação de valores que intensifica a existência do lazer e também do desemprego. Segundo Offe, a característica do desemprego toma um rumo em que parece “mais uma falha ou um risco individual do que o resultado da ‘construção defeituosa’ de nosso

sistema econômico” (p. 205), algo que levará, aos poucos, os sindicatos a não terem apoio político e organizacional (nem mesmo o conceito de pleno emprego poderá ser empregado), pois um número cada vez maior de pessoas sairá do âmbito do mercado e da organização sindical. Em outro artigo, Offe já apontava a questão da flexibilização do tempo de trabalho, visto como um “bem coletivo”, “de cujos benefícios participem não só os empregados definidos nos contratos coletivos, mas todos os empregados, e além destes, os grupos de pessoas que dependam das instituições sócio-políticas” [Offe, “Flexibilização do tempo de trabalho e representação sindical de interesses. Problemas de regulamentação e riscos do tempo de trabalho individualizado”, in: Offe et al., *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p. 213]. Para o autor, é a defesa de um trabalho útil, agregado a modificações das orientações dos sindicatos, que poderá reunir interesses entre empregadores, produtores e consumidores.

Os grupos de interesse são por sua vez o tema de “A atribuição de status público aos grupos de interesse”, em que se investigam o agente social individual, a própria organização e o sistema social geral. Essas organizações de interesse (sindicatos, associações comerciais, patronais e profissionais), ao receberem status do poder político e passarem a ter funções semipúblicas ou públicas (p. 225), demonstra o modo como a racionalidade política busca uma sociedade estável e organizada. Contudo, Offe distingue dois tipos de racionalidade política, que informam as políticas “conjunturais” em oposição às “estruturais” (p. 228). O aumento da intervenção do Estado e da institucionalização política estão correlacionados às ações

das formas corporativas, o que aponta para a necessidade de reorganizar o “capitalismo organizado” (p. 231). Esse neocorporativismo é classificado por Offe em dois grupos: os “participantes do mercado” e os “receptores de políticas”, ambos com ativa participação política (p. 245-246).

O último ensaio da obra, “A democracia contra o Estado de bem-estar? Fundamentos estruturais das oportunidades políticas neoconservadoras”, surge da necessidade de explicar a sustentação da autoridade estatal: “Os cidadãos são coletivamente os criadores soberanos da autoridade estatal, são potencialmente ameaçados pela força e coerção estatal organizada e são dependentes dos serviços e das provisões organizados pelo Estado” (p. 269). O governo democrático apresenta algumas características específicas — o sufrágio universal, a liberdade de escolha dos partidos, eleições gerais (p. 270) — que estão implicadas no conceito moderno de Estado como função “das relações modernas entre democracia representativa e as condições de ‘garantia civil’ através do Estado do bem-estar” (p. 271). Esse mesmo Estado de bem-estar, entretanto, ter-se-ia tornado, para Offe, uma atividade econômica de alto custo para o próprio governo; em outras palavras, o modelo do Estado do bem-estar sofre uma falta de harmonia com a sociedade de mercado liberal. Em outra ocasião, Offe havia analisado a relação entre o keynesianismo e o modelo do bem-estar: “A intenção estratégica da política econômica keynesiana é promover o crescimento e o pleno emprego, e a intenção estratégica do *welfare state* é proteger aqueles que são afetados pelos riscos e contingências da sociedade industrial e criar uma medida de igualdade social” [Offe, *Problemas estrutu-*

rais do Estado capitalista, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 378]. Aqui ele se aproxima de Richard Titmuss, para quem o Estado de bem-estar é um conjunto de “manifestações, primeiro, do desejo de sobrevivência da sociedade como um todo orgânico e, em segundo lugar, do desejo expresso de todos os indivíduos de contribuir para a sobrevivência de alguns indivíduos” (p. 278-279).

A análise crítica dos escritos de Offe favorece a compreensão do problema inicial da obra aqui resenhada, qual seja, entender os procedimentos, a organização e os meios pelos quais as transformações contemporâneas se deram no âmbito social, político e econômico, e como tudo isso contribuiu para a desorganização das democracias capitalistas sob o pano de fundo das contradições do Estado de bem-estar. Para Offe, quando um Estado democrático é um Estado de bem-estar, o é não por ter feição democrática, mas independente disso (p. 297). O apoio político ao Estado de bem-estar se rarefazia não somente por causa da crise econômica — principalmente após a crise de 1973, que resultou da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) —, mas também, em boa medida, por falta de suporte às políticas sociais e por causa da ascensão do individualismo. Offe oferece uma nova interpretação, em busca de métodos de planejamento que os movimentos da esquerda democrática

pudessem assumir. Os pilares de sustentação do “bem-estar” contemporâneo dependeriam assim de fatores materiais ou econômicos: do ambiente econômico criado pelos acordos de Bretton Woods, que promoviam sua estabilidade; do período após a Segunda Guerra, quando foi instaurado um processo de solidariedade que promoveu políticas de orientação social; do avanço das democracias partidárias e de massa.

Offe oferece uma interpretação convincente sobre o processo do Estado de bem-estar social em alguns dos países europeus: ao mesmo tempo em que esses Estados procuravam atingir uma economia regular, viram-se diante de uma reorganização do modelo capitalista e do início da desradicalização ideológica (o que se efetivaria principalmente após 1989). No momento em que essa obra estava sendo escrita, percebia-se na União Soviética um esgotamento do marxismo tradicional, relacionado ao movimento de globalização. Em grande parte dos países ocidentais, por sua vez, ocorria um aumento na expectativa de vida, concomitante a uma baixa na taxa de natalidade, e havia uma demanda por ações ecológicas, um impulso por democracia e desarmamento. Ao mesmo tempo, foi um período de transformação final da chamada Guerra Fria, quando a maior parte dos países europeus e da América do Norte recepcionariam o avanço ferrenho da tecnologia nas relações econômicas, políticas e sociais.



Elaine Cristina Senko

Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná